



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
Comando Geral  
Gabinete

Despacho - CBMDF/GABCG

Brasília-DF, 08 de novembro de 2021.

**TRAMITAÇÃO URGENTE**

PROCESSO SEI: 00053-00180000/2021-56

REFERÊNCIA: Publicação do item III, do BG 202, de 27 de outubro de 2021 (73527273)

ASSUNTO: Consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, em decorrência do sobrestamento dos atos administrativos decorrentes da abertura dos Editais 98/2021-ABM/DIREN/DEPCT e 99/2021-ABM/DIREN/DEPCT

Em complemento ao disposto no Despacho - CBMDF/GABCG (73528347), considerando o teor da publicação em referência, bem como as informações levantadas pelos setores competentes, DERHU e DEPCT, por meio do Memorando nº 907/2021 - CBMDF/DIGEP/SEMOV (72748820), Memorando nº 811/2021 - CBMDF/ DEPCT/SECRE (73176893) e Memorando nº 813/2021 - CBMDF/ DEPCT/SECRE (73334234), inserto no Processo SEI 00053-00183327/2021-80.

Considerando ainda, a implementação do artigo 79 da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, após edição da Lei nº 13.459, de 26 de junho de 2017, à luz da Constituição Federal e do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986.

E tendo em vista a necessidade de formular consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, acerca de dúvidas surgidas por ocasião da abertura de processo seletivo em que estipula as regras para a praça do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal ingressar, mediante promoção, no posto de Segundo-Tenente dos quadros QOBM/Intd., QOBM/Cond., QOBM/Mús. e QOBM/Mnt.

Este Gabinete passa a expor o que segue:

**1. DOS PRINCÍPIOS QUE ALICERÇAM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL: HIERARQUIA E DISCIPLINA**

A Constituição Federal, ao tratar dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, **fixou a hierarquia e a disciplina** como pilares estruturais dessas Corporações:

*Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.*

A legislação infraconstitucional que regula o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal repete o texto da Carta Maior e registra, em diversos dispositivos, que o respeito à hierarquia deve ser mantido em todas as circunstâncias:

*Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986.*

(...)

*Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina.*

(...)

*Art 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional do Corpo de Bombeiros, crescendo a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico.*

(...)

*§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias pelos bombeiros-militares em atividade ou na inatividade.*

Dessa forma, entende-se que a hierarquia é um dos pilares que sustenta a instituição militar e está presente em todos os âmbitos da Corporação, inclusive na ascensão funcional. De modo que possível adoção da progressão *per saltum*, com a supressão de postos/graduações, com a devida *vênia*, implicaria em ofensa tanto ao princípio estrutural da instituição militar (a hierarquia), quanto à forma gradual e sucessiva de promoções estabelecida no Estatuto do CBMDF, **impedindo, assim, o fluxo regular e equilibrado** da carreira.

**2. DA CARREIRA DA PRAÇA NO CBMDF**

É cediço que a **carreira das praças inicia-se com o ingresso** no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na graduação de **soldado**, e vai até o **posto de Major**, senão vejamos:

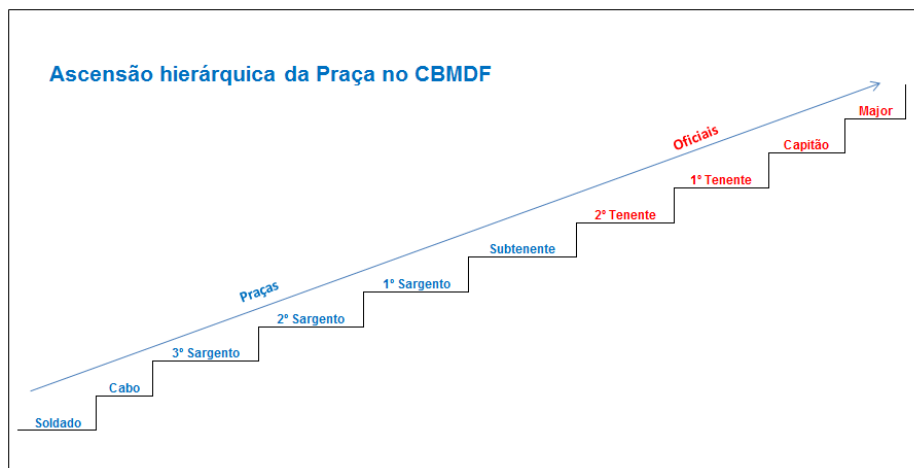
*Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986.*

(...)

Art 5º A carreira de bombeiro-militar é caracterizada pela atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades do Corpo de Bombeiros, denominada atividade bombeiro-militar.

§ 1º A carreira de bombeiro-militar, **estruturada em graus hierárquicos**, é privativa de bombeiro-militar em atividade e **inicia-se com o ingresso no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**.

Nota-se que os graus e postos hierárquicos percorridos pela praça para ascender na hierarquia da Corporação, sempre de forma gradativa e sucessiva, mediante promoção.



Coadunando com o Estatuto dos Bombeiros Militares, conforme dispositivo acima transcrito, o entendimento é de que, embora o *caput* do art. 79 da Lei nº 12.086/2009 trate a promoção da praça ao posto de 2º Tenente como ingresso no quadro, esse se dá mediante promoção, pois a carreira da praça iniciou-se na graduação de soldado (art. 5º, § 1º, Lei nº 7.479/1986), e os demais níveis são a continuidade da carreira, que é estruturada em graus hierárquicos.

Tratar a promoção da praça a oficial como ingresso, nos mesmos moldes que ocorre para ingresso na Corporação, seria admitir investidura em cargo público sem a prévia aprovação em concurso público, sendo que o Supremo Tribunal Federal já afastou essa tese e ratificou que a ascensão da praça ao oficialato é mera ascensão na carreira, e não nova investidura em cargo público, conforme será demonstrado adiante.

Até a entrada em vigor da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, as promoções das Praças ao quadro de Oficiais eram regidas pelo Decreto nº 8.459, de 21 de fevereiro de 1985, o qual estabelecia os critérios de **seleção dos Subtenentes para ingresso nos quadros de Oficiais** Administrativos e Especialistas, que são os quadros de Oficiais sequenciais das carreiras das Praças:

Art. 14 - O **recrutamento para o ingresso no QOBM/Adm. e no QOBM/Esp. será feito entre os Subtenentes da ativa** das diferentes Qualificações de Bombeiro Militar, e quando for o caso, entre os Primeiros-Sargentos, que satisfaçam aos seguintes requisitos essenciais: [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 16135 de 07/12/1994\)](#).

I - possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente;

II - possuir o Ensino de 2º Grau completo ou equivalente;

III - Ter, no máximo, 51 (cinquenta e um) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, na data da promoção. [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 16135 de 07/12/1994\)](#)

IV - ter conceito favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor;

V - ter o parecer favorável da Comissão de Promoções de Oficiais BM.

Parágrafo único - O Comandante-Geral estabelecerá através de Portaria os demais requisitos para o ingresso nos referidos Quadros, ressalvado o disposto neste Decreto.

Portanto, para **ingresso** nos quadros de Oficiais Administrativos e Especialistas, **mediante promoção**, a Praça da ativa deveria ser **graduada Subtenente** e cumprir os demais requisitos estabelecidos na lei, tudo isso em estrita observância à Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, e à Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, Lei de Promoção de Oficiais vigente à época.

Ambas as normas estabelecem que o acesso na hierarquia ocorre de maneira seletiva, gradual e sucessiva, mediante promoções:

Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975.

(...)

Art. 1º Esta Lei estabelece os critérios e as condições que asseguram aos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - Bombeiros militares de carreira - o **acesso na hierarquia da Corporação, mediante promoções, de forma seletiva, gradual e sucessiva**.

Art. 2º A promoção é um ato administrativo e tem como finalidade básica o preenchimento, **seletivo, das vagas pertinentes ao grau hierárquico superior**, com base nos efetivos fixados em lei para os diferentes Quadros"

Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986.

(...)

*Art 61. O acesso na hierarquia do Corpo de Bombeiros é **seletivo, gradual e sucessivo** e será feito **mediante promoção**, de conformidade com o disposto na legislação e regulamentação de promoções de oficiais e de praças, de modo a obter-se um fluxo regular e equilibrado de carreira para os bombeiros-militares."*

Cumprir destacar que, todos os normativos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são imperativos no sentido de determinar que o **acesso na hierarquia é seletivo, gradual e sucessivo** e é **efetuado mediante promoção**, ou seja, embora o art. 14 do Decreto nº 8.459, de 21 de fevereiro de 1985, contivesse a expressão "**ingresso**", esse ocorria mediante a **promoção dos Subtenentes ao posto de Segundo-Tenente**, em total harmonia com os demais normativos, como a lei de maior diretriz da Corporação, seu Estatuto.

Para não restar dúvida que o acesso na hierarquia da praça ao quadro de oficiais sequenciais de carreira ocorria com a promoção do Subtenente ao posto de Segundo-Tenente do respectivo quadro, administrativo ou especialista, transcreve-se abaixo, em quadro comparativo, dois atos de promoção publicados em Diário Oficial, sendo o primeiro à luz da legislação anterior e segundo à luz da legislação ora em vigor:

Diário Oficial do Distrito Federal Nº 257, de 26 de dezembro de 2008	Diário Oficial do Distrito Federal Nº 61, de 22 de agosto de 2018
<p><b>PROMOVER</b>, no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Administração do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 4º, inciso II; 6º; 13 e 19, inciso I, II e III, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, combinados com os artigos 48 (alterado pelo Decreto nº 22.037, de 29 de março de 2001) e 50, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976 e ainda o § 1º, do Art. 12 do Decreto nº 8.459, de 21 de fevereiro de 1985, a contar de 25 de dezembro de 2008.</p> <p><b>AO POSTO DE SEGUNDO-TENENTE</b> QOBM/Adm. POR MERECIMENTO OS <b>SUBTENENTES</b>: RAIMUNDO BERNARDO JOCA; JORGE LUIZ DA SILVA ARAUJO; RAIMUNDO TEIXEIRA DOS SANTOS; ANTÔNIO DANIEL JÚNIOR; IVO SANTANA RODRIGUES DA COSTA; JOSÉ RIBAMAR DE CARVALHO (AG); LUIZ CLÁUDIO SCHIRMER; CÉLIO MIGUEL DA FONSECA (AG); QUÉOPS TRINDADE MESQUITA CRILLANOVICK; JOB FERNANDES DE MIRANDA FILHO; TEMILSON LEMOS (AG); MAGNO DOS SANTOS NUNES (AG); MARIO LUIZ BELTRÃO; LAÉRCIO MARQUES GUIMARÃES; LORWAN DE ALMEIDA MOURA FILHO (AG); JOSÉ ANTÔNIO SANTIAGO (AG); ISMAEL CAVALCANTE DE OLIVEIRA (AG); MAURO SOARES GONZAGA (AG); e OLAVO CÂNDIDO DE LIMA.</p>	<p><b>PROMOVER</b>, no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Administração /Intendentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme os artigos 69, I e 89 da Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, combinado com os artigos 4º, I, 5º, 13, 19, § 2º, 20 e 21 da Lei Federal nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, com o artigo 46, do Decreto Distrital nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, com o art. 79 da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, e com o art. 5º da Lei nº 13.459, de 26 de junho de 2017, a contar de 21 de agosto de 2018.</p> <p><b>AO POSTO DE SEGUNDO-TENENTE</b> QOBM/Adm./Intd. POR ANTIGUIDADE OS <b>SUBTENENTES</b> QBMG-1: SIDNEY NOLASCO GUIMARÃES; EDSON ALVES ROMÃO; ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE ALENCAR; MARCOS ANTÔNIO DA SILVA VIEIRA; ANA GLÁUCIA PEREIRA RIBEIRO; NILTON FÉLIX BATISTA; ROGÉRIO CASTILHO GONÇALVES; FRANCIVALDO SILVA BEZERRA; PAULO JORGE TRINDADE DA SILVA; ROBERLÂNDIO ALVES DO NASCIMENTO; MANOEL SOARES DA SILVA; AGUINALDO DINIZ ROCHA ALVES (AG); DORIOVAN AVELINO DA SILVA; JOÃO EVANGELISTA BORGES; CLEÔNIO DOURADO DE SOUZA (AG); HERLON LOPES TAVARES; CLÉVER BRASIL FERNANDES; EDSON RUBENS DE MIRANDA; WANDER RODRIGUES SOBRINHO; ALCIONIR URCINO AIRES FERREIRA; MANOEL MESSIAS P. DE MEDEIROS; CLÁUDIO CAMELO DA SILVA; ROGÉRIO VICENTE FERREIRA; ANA PAULA DE ALMEIDA GUALBERTO; GILBERTO DA SILVA FERREIRA; e LUIZ CARLOS FERREIRA.</p>

Como se vê, o **ingresso** da praça Subtenente **no quadro de oficiais**, no posto de Segundo-Tenente, sempre ocorreu mediante promoção, mesmo após a edição da Lei nº 12.086/2009 e sua alteração promovida pela Lei nº 13.459/2017. Esse entendimento aplicado na Corporação está em consonância com os princípios **que alicerçam o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**, como visto anteriormente.

### 3. DA FIXAÇÃO DE NOVOS CRITÉRIOS PARA A ASCENSÃO FUNCIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Até o ano 2009, a legislação vigente, que impunha ao bombeiro graduado Subtenente a realização do Curso de Habilitação de Oficiais - CHO como requisito para promoção ao posto de Segundo-Tenente, foi modificada e substituiu o CHO pelo Curso Preparatório de Oficiais - CPO, além de fixar outros critérios, a exemplo da exigência de curso superior.

A Lei nº 12.086/2009, que introduziu novos critérios para a promoção da praça ao posto de Segundo-Tenente, previu um período de 5 anos de transição para a entrada em vigor. Nesse período, foi regida pelo seguinte dispositivo;

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e de QOBM /Mnt, no posto de Segundo-Tenente, **a Praça** obedecerá às seguintes regras:*

*I - ser selecionada dentro do número de vagas fixadas em edital, com base no Anexo III, para os respectivos Quadros, mediante aprovação em processo seletivo destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos;*

*II - possuir diploma de curso superior obtido em instituição de ensino superior reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;*

*III - ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Praças ou equivalente;*

*IV - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de tempo de serviço na ativa, até a data de inscrição do processo seletivo; e*

*V - concluir, com aproveitamento, o Curso Preparatório de Oficiais.*

*§ 1º As vagas a que se refere o inciso I do caput serão preenchidas mediante a transposição dos militares oriundos da:*

*I - Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional - QBMG-1 para o QOBM /Intd;*

*II - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Condutor e Operador de Viaturas - QBMG-2 para o QOBM/Cond;*

*III - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Manutenção - QBMG-3 para o QOBM/Mnt; ou*

*IV - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Músico - QBMG-4 para o QOBM /Mús.*

*§ 2º As exigências de que tratam os incisos I, II e IV do caput serão aplicadas após 5 (cinco) anos contados da data de publicação desta Lei.*

***§ 3º No período de transição a que se refere o § 2º, a transposição aos Quadros de que trata o caput será processada observando-se as disposições desta Lei e o seguinte:***

*I - 50% (cinquenta por cento) das vagas existentes pelo critério de antiguidade;*

*II - 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério de merecimento, observadas as regras de promoção de que tratam os incisos I a III do § 2º do art. 71;*

***III - o candidato deverá ser Subtenente ou, quando não houver Subtenente habilitado, deverá ser Primeiro-Sargento; e***

*IV - o militar deverá ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Habilitação de Oficiais e possuir certificado emitido por instituição de ensino médio ou equivalente autorizada ou reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;*

Cumprir registrar que durante o período de transição estabelecido na norma a promoção continuou a ocorrer de forma seletiva, gradual e sucessiva, por meio da promoção do Subtenente ao posto de 2º Tenente, visto esta ser a graduação imediatamente inferior na escala hierárquica entre os quadros de Oficiais sequenciais da carreira de Praça e os próprios das Praças.

Após o período de 5 (cinco) anos de transição estabelecido na Lei nº 12.086/2009, instalou-se uma completa insegurança jurídica no âmbito da Corporação, em virtude das possíveis interpretações do art. 79 da Lei nº 12.086/2009, deixando, assim, de ocorrer atos de promoção das Praças a Oficial entre os anos de 2014 a 2017.

Nesse intervalo, a Corporação editou alguns normativos internos com base na interpretação daquele momento, e lançou um processo seletivo no ano de 2016, no qual poderiam participar do processo seletivo para concorrer ao ingresso nos quadros de oficiais, o bombeiro graduado 3º Sargento, possuidor do Curso de Aperfeiçoamento de Praças, que acenderia diretamente ao posto de 2º Tenente.

Uma **interpretação isolada e simplória** do caput do dispositivo retromencionado conduziu ao entendimento de que **a praça graduada 3º Sargento** poderia ingressar no quadro de oficiais, bastando para isso tão somente cumprir os requisitos elencados em seus incisos, quais sejam: ter sido selecionada para cursar e concluir com êxito o CPO; possuir diploma de curso superior; ter concluído com aproveitamento o CAP e possuir, no mínimo, dezoito anos de tempo de serviço na ativa, até a data de inscrição do processo seletivo do CPO.

Um ato de promoção que possibilitaria saltar três níveis na carreira, uma vez que não transitaria pelas graduações de 2º sargento, 1º Sargento e Subtenente, e, sem dúvida, afrontaria o art. 1º e o art. 61 do Estatuto do Corpo de Bombeiros, os quais são cristalinos no mandamento acerca do **acesso na hierarquia ser seletivo, gradual e sucessivo**.

Em decorrência dessa grande insegurança jurídica ocasionada pela interpretação da Lei nº 12.086/2009, o Edital nº 1/2016 - DEPCT/DIREN/CBMDF lançado pela Corporação no ano de 2006, sofreu uma série de impugnações, dentre elas a contida no Processo nº 3983 /2016-e do TCDF, no qual foi emitida a Decisão nº 745/2018, em que foi determinada a suspensão do processo seletivo iniciado pelo CBMDF:

*Pelo exposto, DECIDO:*

*I - conhecer da presente representação, bem como da documentação que a acompanha;*

***II - conceder a cautelar requerida, uma vez que estão presentes os requisitos para tanto (perigo da demora e fumaça do bom direito), determinando ao CBMDF que suspenda o processo seletivo regulado pelo Edital N° 1/2016 - DEPCT/DIREN/CBMDF;***

*III - diante da inegável urgência que o caso requer, determinar ao CBMDF que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca das possíveis irregularidades levantadas na representação ora em exame;*

*IV - autorizar:*

*1) que se dê ciência desta decisão à autora da exordial;*

*2) o encaminhamento de cópia da documentação mencionada no inciso I ao CBMDF, para que se possa dar cumprimento ao item III;*

*3) a devolução dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe, alertando-a de que estes autos deverão ter preferência para instrução, tão logo se tenha o CBMDF pronunciado a respeito.*

*Brasília - DF, em 19 de fevereiro de 2016.*

*PAULO TADEU*

*Conselheiro-Relator*

Em virtude da suspensão do processo seletivo, as promoções das Praças ao posto de 2º Tenente **continuaram suspensas até o ano de 2017**, ocasião em que o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.459, de 26 de junho de 2017, que alterou, dentre outros, o art. 79 da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, referente aos critérios de promoção da Praça ao posto de 2º Tenente.

Essa modificação legislativa garantiu aos Subtenentes já habilitados com o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) a promoção ao posto de 2º Tenente, dispensando-lhes a exigência de uma nova formação para ascensão funcional, que é o CPO, cujo curso substituiu o CHO.

Mais uma vez, obedecendo o disposto no Estatuto do Corpo de Bombeiros e na Lei nº 12.086/2009 - *segundo o acesso na hierarquia se dá mediante promoção de maneira seletiva, gradual e sucessiva* -, o art. 5º da Lei nº 13.459/2017 estabeleceu que a promoção da Praça ao posto de 2º Tenente deveria ocorrer mediante a promoção dos Subtenentes, naquela ocasião possuidores do Curso de Habilitação de Oficiais, que, após a entrada em vigor da Lei nº 12.086/2009, passou-se a ser denominado Curso Preparatório de Oficiais.

*Art. 5º Não será realizado o curso de que trata o inciso I do caput do art. 79 da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, em cada Quadro, enquanto não forem promovidos, exclusivamente pelo critério de antiguidade, os subtenentes que possuam o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), na data da publicação desta Lei, cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção na Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009.*

Esse entendimento, segundo o qual **o acesso aos Quadros de Oficiais pelos Subtenentes decorre de progressão funcional das praças**, foi corroborado pelo STF quando do julgamento da ADI 5249/DF, proposta pelo Procurador-Geral da República contra o art. 79, III e IV, §§ 1º a 3º, dentre outros, da Lei nº 12.086/2009, sob a alegação da necessidade de prévia realização de concurso público específico para o quadro de oficial e a impossibilidade de concurso interno para o acesso ao oficialato, sob pena de configuração de inconstitucional transposição de carreiras, em afronta aos princípios da isonomia, da eficiência e da exigência de concurso público para investidura em cargo ou emprego público (respectivamente art. 5º, caput, e art. 37, caput e inciso II, todos da CF).

Na peça, o PGR afirmou que o tratamento dado pelo art. 142, § 3º, I, VI e VII, da CF aos oficiais militares das Forças Armadas - aplicável aos PMs e CBMs em razão do art. 42, § 1º, da CF - evidenciaria a necessária diferenciação entre as carreiras de oficiais e praças, incompatível com a ascensão ou transposição de servidores.

Em contraposição aos argumentos apresentados pelo PGR, o **Presidente da República** apresentou informações **defendendo que a regulamentação das carreiras em análise tratou postos de praças e de oficiais como integrantes de uma mesma estrutura funcional**. De modo que “os dispositivos impugnados traziam mera regulamentação de promoção de praças ao oficialato, não se tratando de transposição de cargo ou ingresso”.

O **Governador do Distrito Federal**, por sua vez, pugnou pelo **não conhecimento da ação**, pois: (a) não teria havido a impugnação de todo complexo normativo, de modo a afastar a possibilidade de indesejada repristinação de leis anteriores similares; (b) tratar-se-ia de ofensa reflexa ante a necessária análise do Decreto-lei nº 667/1969 e da Lei Federal nº 7.289/1984, que tratam da estruturação e da hierarquia atinentes às carreiras militares. No mérito, afirmou que a CF não apresenta segmentação da carreira militar em quadros distintos de Oficiais e Praças, e, **por isso, não traria qualquer impeditivo à ascensão funcional entre eles**.

O **Congresso Nacional** também **defendeu o não conhecimento da ação**, ao argumento de que a tese veiculada na petição inicial trataria de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional. No mérito, argumentou ter a Lei nº 12.086/2009 introduzido relativa unificação das carreiras de policiais, de tal forma que aqueles que nela ingressam tenham maiores perspectivas de avanço na carreira, contribuindo com o interesse público.

O **Advogado-Geral da União**, aderindo à tese defendida pelo Governador do Distrito Federal e pelo Congresso Nacional, **postulou o não conhecimento da ação** por tratar-se de inconstitucionalidade reflexa. No mérito, **afirmou que o texto do Decreto nº 667/1969 permitiria a promoção de Praças ao Oficialato** e que não haveria nenhuma norma constitucional que proibisse tal promoção.

O **Procurador-Geral da República**, embora autor da ADI, **apresentou parecer** pelo seu conhecimento e **pelo juízo de improcedência do pedido**. No mérito, **argumentou que as normas impugnadas não revelariam hipótese de transposição de cargos**, pois o trânsito de servidores do Quadro de Praças para o Quadro de Oficiais não alteraria suas atribuições e especialidades, ocorrendo mera alteração na graduação. Concluiu afirmando que “o conjunto normativo rege situação peculiar da PM e do CBM do Distrito Federal, sem incorrer em violação a normas da Constituição da República nem à súmula vinculante 43, do Supremo Tribunal Federal”.

A referida ação teve **seguimento NEGADO** pelo Ministro Relator, sob os argumentos:

*(...) o óbice ao conhecimento da Ação está ligado justamente a essa constatação, da qual se infere a patente falta de impugnação de todo o complexo normativo, o qual é composto por inúmeros diplomas **que já disciplinam a matéria da mesma forma há mais de 40 anos**.*

*(...)*

*O panorama retratado não deixa dúvida de que a estrutura organizacional da PMDF e do CBMDF **é regida por um figurino normativo incindível**, que cataloga alguns Postos de Oficiais na linha de avanço sequencial da carreira dos Praças, levando em consideração a área técnica de atuação de cada militar, como é o caso, por exemplo, dos intendentos (administrativos), músicos, mecânicos, condutores e operadores de viaturas, entre outros.*

*(...)*

*O sistema questionado não pode fracionado para fins de exame nesta SUPREMA CORTE. Segundo a jurisprudência consolidada neste Tribunal (vg., ADI 4227, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 31/3/2016; ADI 2422 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 30/10/2014; e ADI 2174, Rel. Min. MAURÍCIO CORREA, DJ de 7/3/2003), a impugnação deficitária de complexo normativo unitário configura vício processual que, por*

*comprometer o interesse de agir, na perspectiva da utilidade, impede o conhecimento das ações diretas de inconstitucionalidade que dele padeçam.*

Como visto, o STF entendeu que:

*(...) tais normas simplesmente modificaram os critérios a serem preenchidos pelas praças para galgarem a **progressão funcional** na carreira hierárquica, mediante submissão a um dos chamados Cursos de "Habilitação de Oficiais", modalidade distinta dos conhecidos Cursos de "Formação de Oficiais" (acessíveis ao Público em Geral).*

Ainda sobre a ADI, importante salientar os diversos pronunciamentos que afastam qualquer interpretação que confunda o ato da promoção como novo ingresso.

O Procurador-Geral da República à época assim manifestou:

*No mérito, [...], pois o trânsito de servidores do Quadro de Praças para o Quadro de Oficiais não alteraria suas atribuições e especialidades, ocorrendo **mera alteração na graduação**. [...] De acordo com as normas, **o ingresso** no [...] Quadro de Oficiais*

*Bombeiros Militares de Administração (QOBM/Adm), no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, Músicos (QOBM/Mús) e no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Manutenção (QOBM/Mnt), ocorre mediante processo seletivo interno, cujos participantes são **aqueles que ingressaram originariamente nas corporações na graduação de praças**. (Grifei)*

Em uníssono, a então Presidente da República corrobora:

*[...] os dispositivos impugnados trazem **mera regulamentação de promoção** de praças ao oficialato, **não se tratando de** transposição de cargo ou **ingresso**. (Grifei)*

Novamente se manifesta a **promoção** e não o ingresso, reiterando que se trata de mera nomenclatura interna, não devendo prosperar a interpretação de que o CPO possui o condão de reclassificar seus concludentes sob a égide do merecimento.

Assim, resta sedimentado que, por não se tratar de novo ingresso, o CPO além de não possui o condão de reclassificar os seus participantes, também deve ser afastada a interpretação constante do inciso I do Artigo 71 que trata dos recém ingressados nas fileiras do CBMDF.

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO AO GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATAMENTE SUPERIOR NO ÂMBITO DO CBMDF

A Lei nº 12.086/2009 elencou quatro critérios possíveis para as promoções no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, quais sejam:

Art. 69. As promoções ocorrerão pelos critérios de:

I - antiguidade;

II - merecimento;

III - ato de bravura; e

IV - post mortem.

Art. 70. Promoção por **antiguidade** é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar sobre os demais de igual grau hierárquico, dentro do mesmo Quadro.

Art. 71. Promoção por **merecimento** é aquela que se baseia:

I - na **ordem de classificação obtida ao final dos cursos iniciais de cada Quadro**;

II - na avaliação do desempenho medida pelas qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor do oficial em relação aos seus pares, **nos seguintes postos**:

a) de Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes - QOBM/Comb, Complementar - QOBM/Compl e de Saúde - QOBM/S;

b) de Major do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Capelães - QOBM/Cpl; e

c) de Capitão dos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares Intendentes - QOBM/Intd, Condutores e Operadores de Viaturas - QOBM/Cond, Músicos - QOBM/Mús e de Manutenção - QOBM/Mnt.

§ 1º A ordem de classificação referida no inciso I do caput dar-se-á de forma crescente, a partir do primeiro colocado, considerando-se a classificação geral entre todas as turmas existentes no respectivo curso.

§ 2º A avaliação do desempenho referida no inciso II do caput será medida segundo o conjunto de qualidades e atributos que distinguirão o oficial no decurso de sua Carreira, exigida somente ao ser cogitado para as promoções, da seguinte forma:

I - ao posto de Coronel dos QOBM/Comb, QOBM/Compl e de QOBM/S;

II - ao posto de Tenente-coronel do QOBM/Cpl; e

III - ao posto de Major dos QOBM/Intd, QOBM/Cond, Músicos - QOBM/Mús e de QOBM/Mnt.

(...)

Art. 96. A promoção por **merecimento** é garantida aos bombeiros militares que concluíram, com aproveitamento, o curso do seu respectivo quadro ou qualificação, bem como será o único critério para a progressão do oficial bombeiro militar aos postos definidos, conforme dispõem os incisos I a III do § 2º do art. 71.

§ 1º Apenas o Oficial bombeiro militar que satisfaça as condições básicas e **esteja compreendido no limite quantitativo de antiguidade fixado nesta Lei** será relacionado pela Comissão de Promoção de Oficiais, para estudo destinado à inclusão nos Quadros de Acesso por Merecimento.

(...)



**Art. 97. As promoções aos demais graus hierárquicos dos quadros de Oficiais e Praças, não contemplados pelos critérios por ato de bravura, post mortem e merecimento, serão realizadas pelo critério de antiguidade.**

Verifica-se, a partir dos dispositivos acima, que a **promoção por merecimento é restrita** às situações elencadas nos incisos I e II do art. 71.

Os quadros de Oficiais sequenciais da carreira de Praças não são preenchidos por aprovados em concurso público como ocorre para o início da carreira de Praça e para os demais quadros de Oficiais (Combatentes, Capelães, Médicos, Complementares, Cirurgiões-Dentistas), e sim mediante a promoção do Subtenente ao posto de 2º Tenente, o que demonstra ser caso de mera continuação na ascensão da carreira, como pacificado na ADI 5249/DF.

Assim como era tratado o antigo Curso de Habilitação à Oficial - CHO, o CPO não pode ser considerado um curso inicial de quadro, como os de formação de praças e formação de oficiais, por exemplo, posto que esses são os cursos iniciais da carreira do militar, enquanto aquele um curso sequencial de carreira, não devendo, portanto, ser enquadrado no inciso I do art. 71.

Reforçando o caráter de curso sequencial de carreira, temos o disposto no próprio art. 79, inciso V, que assegura que um dos requisitos para ingresso no quadro de oficiais sequenciais dos de praças, é ter concluído com aproveitamento o Curso Preparatório de Oficiais, nos mesmos moldes que o art. 86, inciso I, alínea "g" classifica o curso como condição básica para ser promovido ao posto de 2º Tenente.

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:*

*(...)*

*V - concluir, com aproveitamento, o Curso Preparatório de Oficiais.*

*(...)*

*Art. 86. São condições básicas, imprescindíveis, que habilitam o militar de Carreira à promoção ao posto ou graduação superior:*

*I - ter concluído, com aproveitamento, os seguintes cursos, conforme o caso:*

*(...)*

*g) Curso Preparatório de Oficiais - CPO/BM, específico para acesso ao posto de Segundo-Tenente dos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares de Administração - QOBM/Adm e Especialista - QOBM/Esp; e*

O art. 97 da Lei nº 12.086/2009 prescreve que as promoções que não forem por merecimento, *post mortem* ou bravura, serão por antiguidade, o que acredita-se ser a interpretação mais razoável para a promoção dos Subtenentes ao posto de 2º Tenente.

**Art. 97. As promoções aos demais graus hierárquicos dos quadros de Oficiais e Praças, não contemplados pelos critérios por ato de bravura, post mortem e merecimento, serão realizadas pelo critério de antiguidade.**

## 5. DO PROCESSAMENTO DAS PROMOÇÕES NO ÂMBITO DO CBMDF

O artigo 92 da Lei nº 12.086/2009 delimitou quais bombeiros militares podem ser relacionados pelas Comissões de Promoção para estudo destinado à inclusão nos Quadros de Acesso, conforme segue:

**Art. 92. Apenas os bombeiros militares que satisfaçam às condições de acesso e estejam compreendidos nos limites quantitativos de antiguidade serão relacionados pelas Comissões de Promoção, para estudo destinado à inclusão nos Quadros de Acesso.**

**§ 1º Os limites quantitativos de antiguidade, referidos neste artigo, destinam-se a estabelecer, por postos e graduações, nos Quadros e Qualificações, as faixas dos bombeiros militares que concorrem à constituição dos Quadros de Acesso.**

**§ 2º Os limites quantitativos de antiguidade dos bombeiros militares que concorrerão às promoções ao grau hierárquico superior serão os seguintes:**

**I - 1/5 (um quinto) do previsto em cada grau hierárquico dos quadros constantes do Anexo II, exceto o previsto no inciso II; (Sem grifo no original)**

O Decreto nº 3.170 de 16 fevereiro de 1976, que regulamenta a Lei de Promoções dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, por sua vez, instituiu uma sequência obrigatória de atos a serem praticados para o processamento das promoções, dentre eles, a fixação do Limite Quantitativo de Antiguidade (LQA), que assim dispõe em seu art. 4º:

**Art. 4º - Os limites quantitativos de antiguidade, a que se refere o artigo 28, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1.975, para estabelecer as faixas dos Oficiais BM, por ordem de antiguidade, que concorrerão à constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e por Merecimento (QAM), são os seguintes:**

**I - quando nos efetivos dos Quadros Orgânicos, houver até 10 (dez) oficiais, a totalidade:**

**II - quando nos efetivos dos Quadros Orgânicos, houver mais de 10 (dez) Oficiais, concorrerão os 10 (dez) primeiros mais 1/4 (um quarto) do que exceder a esse número.**

**§ 1º - Os limites quantitativos referidos nos itens I e II, deste artigo, serão fixados:**

**(...)**

**c) até 30 de setembro - para as promoções de 25 de dezembro.**

Em cumprimento ao disposto acima, a autoridade competente no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tornou pública no Boletim de Acesso

Reservado - BAR nº 41, de 30 de setembro de 2021, a **fixação dos Limites Quantitativos de Antiguidade de Oficiais, Praças Especiais e Subtenentes BM - LQA para as promoções de 25 de dezembro de 2021.**

A lista dos bombeiros militares que compõem o LQA publicado no BAR 41/2021, com vistas à promoção ao posto de Segundo-Tenente, **é composta tão somente pelos bombeiros militares que possuem a graduação de subtenente.**

## 6. DOS CRITÉRIOS DE PREENCHIMENTO DAS VAGAS PARA MATRÍCULA NO CPO

Entende esta autoridade que os requisitos eleitos no art. 79 da Lei nº 12.086/2009, para ingresso do Subtenente no posto de Segundo-Tenente, não se confundem com os critérios de seleção dos subtenentes para preenchimento das vagas do CPO.

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:*

*I - ser selecionada dentro do somatório de vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), sendo:*

*a) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas pelo critério de antiguidade;*

*b) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas mediante aprovação em processo seletivo de provas, de caráter classificatório e eliminatório, destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos; e*

*II - possuir diploma de curso superior obtido em instituição de ensino superior reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;*

*III - ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Praças ou equivalente;*

*IV - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de tempo de serviço na ativa, até a data de inscrição do processo seletivo; e*

*V - concluir, com aproveitamento, o Curso Preparatório de Oficiais.*

Enquanto os incisos I a V do art. 79 se referem aos requisitos que habilitam o Subtenente à promoção ao posto de Segundo-Tenente, as alíneas “a” e “b” do inciso I definem os critérios de preenchimento das vagas para a matrícula no CPO, que, por sua vez, é um dos requisitos para promoção elencados nos incisos.

A alínea “a” determina que 50% das do CPO serão preenchidas pelo critério da antiguidade. Já a alínea “b” estipula que as demais vagas serão preenchidas por meio de seleção de provas, de caráter classificatório e eliminatório, destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos, sem, contudo, especificar quais militares podem concorrer às vagas, levando ao entendimento de que a Corporação estabelece os critérios observando os princípios que regem a Administração Pública, dentre eles o da eficiência e da economicidade, e que, portanto, nesse prisma, os candidatos devem ser da graduação de subtenente, visto que esses são os aptos a serem promovidos ao posto de 2º Tenente.

## 7. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS, IMPRESCINDÍVEIS, QUE HABILITAM O MILITAR DE CARREIRA À PROMOÇÃO AO POSTO OU GRADUAÇÃO SUPERIOR

A Lei nº 12.086/2009 instituiu condições elementares a serem cumpridas pelo militar para que esse possa prosseguir na carreira e galgar o próximo degrau.

*Art. 86. São **condições básicas**, imprescindíveis, que **habilitam** o militar de Carreira à **promoção** ao posto ou graduação **superior**:*

*I - ter concluído, com aproveitamento, os seguintes cursos, conforme o caso:*

*a) Curso de Formação de Oficiais - CFO/BM, para acesso ao posto de Segundo-Tenente do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes;*

*b) Curso de Formação de Praça BM - CFP/BM, para acesso à graduação de Soldado de 1ª Classe, Cabo e Terceiro-Sargento;*

*c) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO/BM, para acesso ao posto de Major dos diversos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares;*

*d) Curso de Aperfeiçoamento de Praça BM - CAP/BM, para o acesso à graduação de Segundo e Primeiro-Sargento;*

*e) Curso de Altos Estudos para Oficiais - CAEO/BM, para acesso ao posto de Coronel;*

*f) Curso de Altos Estudos para Praça BM - CAEP/BM, para acesso à graduação de Subtenente;*

*g) Curso Preparatório de Oficiais - CPO/BM, específico para acesso ao posto de Segundo-Tenente dos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares de Administração - QOBM/Adm e Especialista - QOBM/Esp; e*

*h) Curso de Habilitação de Oficiais - CHO/BM - específico para acesso ao posto de Segundo-Tenente dos QOBM/Compl, de QOBM/S e de QOBM/Cpl;*

*II - possuir o interstício exigido para o respectivo grau hierárquico, conforme disposto no Anexo IV;*

*III - obter o aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) no teste de aptidão física da Corporação;*

*IV - possuir o tempo de serviço arregimentado previsto no Anexo IV;*

*V - frequentar, com aproveitamento, a Instrução Geral - IG e a Instrução Específica - IE, a serem cumpridas dentro do planejamento exclusivo para cada interstício, conforme regulamentação do Comandante-Geral da Corporação;*

*VI - não ser considerado incapaz definitivamente para o serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em inspeção de saúde realizada na Corporação; e*

*VII - ter concluído, com aproveitamento, um curso de especialização ou habilitação no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a cada período de 5 (cinco) anos, conforme normas estabelecidas pela Corporação, se Oficial subalterno do Quadro de Oficiais Combatentes, Cabo ou Soldado.*



Como já dito, esta Autoridade entende que o art. 86, tal qual o art. 79, elenca os requisitos a serem cumpridos pelo bombeiro militar para que esse possa ser promovido ao posto/graduação imediatamente superior, **o que não se confunde com os critérios para a matrícula no CPO.**

## 8. DO CÁLCULO DO NÚMERO DE VAGAS PARA MATRÍCULA NO CPO

A Lei nº 12.086/2009, em sua redação original, equivocadamente, aplicou o limite de ingresso na corporação, mediante concurso público, aos quadros de oficiais sequenciais de carreira das praças, que se dá mediante promoção e não ingresso na corporação. Isto é, tratou a progressão na carreira das praças como se fosse **ingresso na Corporação**.

Com isso, fixou um limite de 16 promoções anuais no posto de Segundo-Tenente, cujo total de vagas soma 91 (proporcionalmente a cada quadro: Intendentes - QOBM/Intd; Condutores e Operadores de Viaturas - QOBM/Cond Músicos - QOBM/Mús e Manutenção - QOBM/Mnt.).

Ressalte-se que nos demais quadros mencionados trata-se de ingresso na Corporação, portanto, são regulados pelo art. 37, II, da Constituição Federal

Art. 37.....

(...)

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*

Esse equívoco foi corrigido pela Lei nº 13.459/2017, que revogou a aplicação do Anexo III da Lei nº 12.086/2009 aos quadros de oficiais decorrentes da carreira de praça, como se constata a seguir:

Ingresso na Corporação (mediante concurso público)	Ingresso no quadro de of
Art. 75. Para o <b>ingresso no QOBM/Comb</b> , no posto de Segundo-Tenente, o candidato deverá: I - ser selecionado dentro do número de <b>vagas fixadas no Anexo III</b> ;	<u>Redação da Lei nº 12.086/2009</u>
Art. 76. Para <b>ingresso no QOBM/Compl</b> , no posto de Segundo-Tenente, o candidato deverá ser selecionado dentro do número de <b>vagas fixadas no Anexo III</b> e concluir, com aproveitamento, o respectivo Curso de Habilitação de Oficiais.	Art. 79. Para <b>ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Segundo-Tenente</b> , a Praça obedecerá às seguint
Art. 77. Para <b>ingresso no QOBM/S</b> , no posto de Segundo-Tenente, o candidato deverá ser selecionado dentro do número de <b>vagas fixadas no Anexo III</b> , e concluir, com aproveitamento, o respectivo Curso de Habilitação de Oficiais.	I - ser selecionada dentro do número de <b>vagas f</b> respectivos Quadros, mediante aprovação em p intelectual dos candidatos;
Art. 78. Para <b>ingresso no QOBM/Cpl</b> , no posto de Segundo-Tenente, o candidato deverá ser selecionado dentro do número de <b>vagas fixadas no Anexo III</b> , e concluir, com aproveitamento, o respectivo Curso de Habilitação de Oficiais.	<u>Redação da Lei nº 13.459/2017</u> I - ser selecionada dentro do <b>somatório de vaga</b> matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CP

A nova redação **não limitou o número de promoções** ao posto de Segundo-Tenente, mas norteou o cálculo para matrícula no CPO:

*Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:*

*I - ser selecionada dentro do **somatório de vagas disponíveis** no respectivo **Quadro para matrícula** no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), sendo:*

**Somatório de vagas disponíveis em cada quadro para matrícula no CPO**  
(Lei Nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, art. 79, I; Anexo II, d, e )

Quadro de Oficiais	Vagas disponíveis no Quadro	Vagas por Antiguidade	Vagas por Processo Seletivo de Provas
Intendente	176	88	88
Condutor	46	23	23
Músico	13	7	6
Manutenção	14	7	7
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>125</b>	<b>124</b>

Ocorre que o termo “disponíveis” tanto pode ser entendido como vagas desocupadas, quanto vagas que o quadro dispõe. Sendo assim, o número de vagas para matrícula no CPO tanto pode ser entendido como somatório de vagas disponíveis no quadro (nesse caso, 249), quanto somatório de vagas desocupadas no quadro, o que poderia levar a Corporação a, necessariamente, ofertar três cursos anuais, visto ter três datas de promoção por ano, sendo: 22 de abril, 21 de agosto e 26 de dezembro, nos termos do art. 29, da Lei nº 12.086/2009. Ao tempo que a interpretação de que as vagas disponíveis no quadro sejam as fixadas por lei, possibilita a Instituição, em um único curso, habilitar militares suficientes para as promoções de um, dois ou até mais anos civis, o que coaduna com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

9. **DA NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE RETOMEM O FLUXO NA CARREIRA DE PRAÇAS E GARANTA-LHES O DIREITO À PROMOÇÃO**

Visando concretizar o direito à promoção garantido no art. 51, "m" do Estatuto do CBMDF (Lei nº 7.479/1986), e, ainda propiciar fluxo na carreira das praças, que está estagnada em decorrência dos fatos registrados, este Comando adotou as medidas necessárias para a abertura do Curso Preparatório de Oficiais - CPO e, com isso, retomar as promoções das praças no âmbito da Corporação.

Contudo, entendimentos divergentes acerca de determinados dispositivos da Lei nº 12.086/2009 novamente provocaram um quadro de insegurança jurídica, fato este que motivou esta Autoridade a recorrer à Corte de Contas, a fim de promover um esclarecimento da leitura do conjunto normativo, por conseguinte, permitir a tomada de decisões acertadas e alinhadas com os princípios norteadores da Administração Pública.

10. **DOS QUESTIONAMENTOS A SEREM ESCLARECIDOS**

Ante o exposto, convém submeter à do Tribunal de Contas do Distrito Federal consulta quanto aos seguintes questionamentos, sem prejuízo de outros que a Assessoria Jurídica deste Gabinete entenda como necessários para o prosseguimento do certame:

a) É correto afirmar que somente os Subtenentes são os alcançados pelo teor do art. 79, *caput*, da Lei nº 12.086/2009? Considerando a evidente impossibilidade de inclusão das demais praças no LQA (art 92, da Lei nº 12.086/2009).

b) Como deve ser entendida a expressão "vagas disponíveis no quadro" para o cálculo de matrículas no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), conforme disposto no art. 79, *caput*, da Lei nº 12.086/2009?

b.1) Pode a Administração, em atenção ao princípio da eficiência, capacitar maior número de praças, como o total de vagas fixadas e disponibilizadas pela lei, e prepará-los para as próximas vagas que surgirem, tal qual ocorre em todos os demais cursos de carreira da Corporação?

c) É correto afirmar que ao término do CPO os militares mantêm o exato posicionamento na escala hierárquica? Sem que haja reclassificação pelo fato de não se tratar de curso inicial de carreira?

d) Existe infringência ao normativo vigente, que seja defeso à Administração Bombeiro Militar para o prosseguimento do certame, nos moldes disposto nos Editais 98/2021-ABM/DIREN/DEPCT e 99/2021-ABM/DIREN/DEPCT?

Diante do exposto, **DETERMINO** à ASJUR/GABCG:

1) A manifestação quanto aos questionamentos formulados, em observância ao disposto no § 1º, do Art. 267 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, c/c o item III, do Art. 15 da Portaria nº 24, de 25 de novembro de 2020 (Aprova o Regimento Interno do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, revoga a Portaria nº 6, de 15 de abril de 2020 e dá outras providências).

2) A análise e adequação dos questionamentos, sem prejuízo de outros apontamentos que julgue necessário ao prosseguimento do certame, do Curso Preparatório de Oficiais/2021;

3) Solicito o retorno a este Gabinete, **impreterivelmente até o dia 12 de novembro de 2021**, com a adoção das providências administrativas que o caso requer, no tocante ao envio da consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Atenciosamente,

ROGÉRIO Alves DUTRA - Cel. QOBM/Comb.

Comandante-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ALVES DUTRA, Cel. QOBM/Comb, matr. 1399990, Comandante-Geral do CBMDF**, em 11/11/2021, às 19:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 73585672 código CRC= 2822F8E7.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Bloco D Módulo E - Palácio Imperador Dom Pedro II - QCG/CBMDF - CEP 70620-000 - DF

3901-8584/Email: [cmtgeral.secgabcg@cbm.df.gov.br](mailto:cmtgeral.secgabcg@cbm.df.gov.br)